

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais constantes no **ANEXO III**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais constantes no **ANEXO III**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições constantes no Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a tabela informada no Pregão Eletrônico nº 32/2024, não contempla todos os exames informados na Tabela de Procedimentos com Preços da SIGTAP do SUS;

Considerando a grande demanda de exames laboratoriais que não estão na tabela do pregão supramencionado;

Considerando que os exames laboratoriais são de suma importância aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando o exposto acima, faz-se necessário a realização de novo procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais, conforme justificativa abaixo:

A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais constantes na tabela SUS, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, visando a assistência aos pacientes atendidos pelas Unidades de Saúde que compõe a rede básica deste município, incluindo material para coleta, análise do material e obtenção do resultado.

Com o intuito de dar continuidade no atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde do município, tendo como base o agendamento de exames laboratoriais.

Considerando que os exames laboratoriais são necessários como apoio para diagnósticos de inúmeras patologias, sendo instrumento para complementar a assistência médica realizada nas Unidades de Saúde do Município.

Considerando o interesse de potencializar a capacidade de resposta da rede assistencial de modo a propiciar condições de atendimento aos usuários da rede pública, garantindo assim maior agilidade e eficiência na realização e na apresentação dos resultados dos exames laboratoriais.

Trata-se de previsão necessária para atender a demanda reprimida das unidades de saúde e atender as portarias GM/MS de nº 731 de 1604/2021 para exames laboratoriais para a Unidade Básica de Saúde, visando atender a rotina de pré-natal e a Portaria GM/MS nº 984 de 11/05/2021.

Ressalta-se que o aumento da procura dos munícipes pelas consultas médicas, sendo necessário para o diagnóstico médico, exames complementares que visam trazer informações que vão além dos dados colhidos por meio da análise e do exame físico realizado pelo médico. Exames estes que são de suma importância, pois são solicitados para fornecer subsídio ou responder a necessidade de alguma investigação clínica, seja ela diagnóstica, prognóstica, para estabelecimento de conduta médica sejam elas visando prevenção, promoção e tratamento, que se não efetuados em momento oportuno poderá acarretar uma piora nas condições de saúde dos pacientes, podendo tornar ainda mais oneroso o gasto com a saúde no município caso os mesmos venham a mudar o nível de complexidade no atendimento.

Assim, solicitamos que a contratação do referido objetivo seja realizada através da Modalidade Pregão Eletrônico, considerando o eventual fornecimento, de forma parcelada e de acordo com as demandas estimadas pela Unidade Requisitante.

RESULTADOS ESPERADOS:

Estima-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais.

CICLOS DE VIDA DO OBJETO:

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

SUBCONTRATAÇÃO:

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio

SERVIÇOS:

Definidos no Estudo Técnico Preliminar

SOLICITAÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os exames serão realizados conforme a demanda mensal, mediante requisição específica da Secretaria Municipal de Saúde, em laboratório sediado no Município ou em posto de coleta para esse fim instalado pela empresa vencedora do certame, de forma a evitar o deslocamento dos usuários para outras localidades.

A licitante vencedora deverá realizar a coleta diariamente, de segunda à sexta, no horário das 7h às 17h.

Eventuais casos de urgência e emergência serão tratados diretamente com o profissional indicado pela contratada.

O prazo máximo admitido para a liberação dos resultados será de 05 (cinco) dias úteis para os exames de análises clínicas e de até 06 (seis) horas para os exames de urgência e emergência, contados a partir da coleta dos respectivos materiais.

Somente serão aceitos fora dos prazos do subitem anterior os exames cuja técnica necessite de um período maior para sua liberação.

Os resultados dos exames laboratoriais serão disponibilizados de forma impressa aos pacientes, online e mídia ou em arquivo digital à Unidade de Saúde requisitante, nos prazos estabelecidos, contados a partir da coleta dos respectivos materiais.

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:

A DETENTORA deverá prestar serviços de alto padrão de qualidade, com a capacidade técnica exigida, compatíveis com os serviços e cumprindo plenamente suas obrigações, em conformidade com os padrões éticos e técnicos cabíveis, de forma humanizada, ordeira e de qualidade.

Os serviços serão executados no laboratório da DETENTORA ou posto de coleta para esse fim instalado no Município de Taiuva, sob sua responsabilidade, correndo, os insumos utilizados à conta de suas expensas.

Os serviços pactuados neste ajuste serão prestados em regime de empreitada, sob a modalidade de preço unitário por exame realizado.

A CONTRATADA deverá realizar a coleta diariamente, de segunda à sexta, no horário das 7h às 17h.

Eventuais casos de urgência e emergência serão tratados diretamente com o profissional indicado pela DETENTORA.

Os resultados dos exames laboratoriais serão disponibilizados por meio digital à unidade de saúde requisitante, nos prazos estabelecidos, sendo no máximo de 05 (cinco) dias úteis para exames de análises clínicas e de até 06 (seis) horas para os exames de urgência e emergência, contados a partir da coleta dos respectivos materiais.

Somente serão aceitos fora dos prazos estabelecidos no item anterior, os exames cuja técnica necessite de um período maior para sua liberação.

A DETENTORA deverá permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Vigilância Sanitária Municipal, a qualquer tempo, obrigando-se a DETENTORA atender ao disposto nos atos normativos aplicáveis, expedidos pela ANVISA e pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

A DETENTORA deverá executar os serviços responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais fiscais e comerciais, resultante de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o ADMINISTRAÇÃO, bem como pelos materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços.

A DETENTORA deverá apresentar solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos exames ou de atrasos junto ao paciente, médico e Secretaria Municipal de Saúde.

CANCELAMENTOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

GESTÕES DO CONTRATO/ARP:

O Gestor do contrato será a Supervisora de Serviços de Saúde, a Senhora Maria do Carmo Velho a qual irá atestar o recebimento e procederá à verificação da entrega e dará aceitação do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

VIGÊNCIAS DO CONTRATO/ARP:

A Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

ACEITAÇÃO DO OBJETO:

No ato de assinatura do contrato/ARP, a vencedora da licitação deverá designar os responsáveis por atender as demandas solicitadas pela contratante e para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas relacionadas ao planejamento, coordenação e execução.

A vencedora deverá manter estrutura de pessoal, meios de comunicação assegurando a qualidade para o regular e correto atendimento das demandas.

A contratação deverá ser feita por meio da respectiva unidade de medida adotada em cada item e deverá ser levado em consideração o período de realização.

PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico à **DETENTORA** após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas/fatura, devidamente conferidas e aprovadas pela **ADMINISTRAÇÃO**.

A nota fiscal eletrônica, sem qualquer rasura, deve ser emitida até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será paga em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação, mediante apresentação de Laudo de Medição dos Serviços prestados, atestada pela Supervisora de Serviços de Saúde, salvo reprovação de serviços ou da própria fatura.

Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, a **ADMINISTRAÇÃO** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

Para cada nota fiscal eletrônica haverá o Laudo de Medição correspondente.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto, observadas as exigências deste termo de referência.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

Qualificação Econômico Financeira;

Declarações Complementares.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

TRATANDO-SE DE PROCURADOR:

Procuração, por instrumento público ou particular com assinatura do representante legal, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;

Registro ou inscrição da empresa/laboratório no respectivo Conselho de Classe, vigente;

Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do Município;

Indicação do responsável técnico da empresa, com cópia do registro ou inscrição do mesmo na entidade profissional competente, responsabilizando-se pela execução dos serviços;

Comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico indicado pela empresa;

As participantes que não possuam laboratório ou posto de coleta em Taiuva deverão apresentar tanto o Alvará de Funcionamento da sede em que funciona, quanto o Alvará de Funcionamento do posto de atendimento a ser instalado no município de Taiuva, no prazo indicado pelo **subitem**.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante,;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício exigível;

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (**ECD-SPED**), **pelo Agente Receptor SERPRO (Modelo Demonstrativo - Anexo VII), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;**

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício exigível;

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (Modelo Demonstrativo – Anexo VIII), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício exigível;

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial;

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura;

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

Tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$$

$$LC = (AC / PC);$$

$$E = (PC + ELP) / PL.$$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

Serão exigidos índices de:

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade (**Modelo**);

Declaração dos Requisitos de Habilitação **(Modelo)**;

Declaração de Não Vínculo **(Modelo)**;

Declaração de Exame do Edital **(Modelo)**;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal **(Modelo)**;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD-SPED **(Modelo)**;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – DEFIS **(Modelo)**;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico **(Modelo)**;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 **(Modelo)**;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação **(Modelo)**;

Declaração de conhecimento e aceite da Ata de Obrigações Vinculadas **(Modelo)**.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe.

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de maior percentual de desconto.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:

Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.

Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.

Seguir todas as normas de segurança do trabalho, como o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelo fornecimento, em quantidade necessária, de todos os equipamentos e demais acessórios relativos à proteção individual (EPI's), a serem utilizados durante o período de execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelos custos de alimentação, deslocamentos, materiais e equipamentos dos prestadores de serviços, necessários à execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos, quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado.

Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham serem vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.

Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso, que se refiram à Administração Pública ou qualquer outra que, pela sua natureza, não devam ser divulgadas.

Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá a análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil.

Responder civil ou criminalmente, por eventuais danos causados, por sua culpa ou dolo, por seus prestadores de serviços ao contratante ou a terceiros, devendo indenizar todos os prejuízos ocasionados.

Designar, no ato de assinatura do contrato, os profissionais responsáveis pelo atendimento das demandas solicitadas pelo contratante e para prestar esclarecimentos sobre a prestação de serviço contratado.

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, facultando-se a contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.

Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional.

Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.

Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013, de 01 de agosto de 2013, “Lei Anticorrupção”, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis.

Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se refere à execução do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:

Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado.

Indicar os servidores que serão responsáveis por acompanhar a prestação dos serviços.

Notificar a contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato.

Tomar as providências administrativas cabíveis, no caso da empresa vencedora da licitação não cumprir as exigências previstas neste Termo de Referência e seus Anexos.

Preparar e instruir para pagamento, as faturas apresentadas e remetê-las a tempo ao setor competente.

Efetuar o pagamento, com as devidas retenções legais, após a prestação do serviço.

Atualizar monetariamente, ao dia, no caso de atraso no pagamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções Administrativas:

Advertência;

Multa;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.